



CASCAIS

PRÓXIMA

Gestão da Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias

CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

“AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA”

PROCESSO N.º CP002425

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CASCAIS, JULHO DE 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O objeto deste concurso público é a ***aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza***, na modalidade de fornecimento contínuo, por lotes, nos termos do estabelecido no caderno de encargos e com as características especificadas na Parte II do caderno de encargos.
2. O procedimento é constituído por 4 (quatro) lotes do seguinte modo:
Lote 1: Produtos de higiene e limpeza;
Lote 2: Sacos de lixo;
Lote 3: Materiais e consumíveis de limpeza; e
Lote 4: Baldes e carros de limpeza e serviço.
3. Os concorrentes podem apresentar proposta para um lote, para vários lotes ou para todos os lotes que constituem o objeto deste concurso, devendo os concorrentes fazer menção expressa a qual dos Lotes diz respeito cada uma das propostas.
4. É obrigatória a apresentação de proposta para todos os artigos que compõem cada um dos lotes, sob pena de exclusão, por lote incompleto.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade adjudicante é a Cascais Próxima - Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, E.M., S.A., pessoa coletiva 504853635, com sede no Complexo Multiserviços da Câmara Municipal de Cascais Estrada de Manique, n.º 1830 Alcoitão, 2645-550 Alcabideche, telefone n.º (+351) 214647760 e com o endereço de correio eletrónico geral@cascaisproxima.pt.

Artigo 3.º

Fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento pré-contratual segue a forma de concurso público, com publicitação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia e foi adotada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, cuja escolha foi feita em função do valor do contrato, nos termos do preceituado nos artigos 18.º e 22.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), com a sua atual redação.

Artigo 4.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Cascais Próxima, E.M., S.A., em reunião realizada em 17 de julho de 2025, através de proposta aprovada por unanimidade e no uso das competências próprias, o qual tomou, designada e igualmente, a decisão de escolha do presente procedimento, de autorização da despesa, de aprovação das peças procedimentais, de nomeação do júri.

Artigo 5.º

Consulta e disponibilização e acesso às peças do procedimento

1. As peças do concurso (Programa de Concurso e o Caderno de Encargos) encontram-se disponíveis e são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Cascais Próxima, E.M., S.A. (AcinGov), acessível através do sítio eletrónico <https://www.acin.pt>, desde o dia da publicitação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas para consulta dos interessados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º e n.º 2 do artigo 130.º ambos do CCP.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite aos interessados efetuar a consulta e descarregar as peças do procedimento. O interessado necessita de possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada, aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.
3. Para informações sobre o acesso e utilização da plataforma, os interessados deverão aceder ao endereço <https://www.acin.pt> ou recorrer ao número de telefone 707 451 451, ou ainda através do endereço de correio eletrónico apoio@acingov.pt.
4. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o Júri do concurso e os interessados, serão efetuadas através da plataforma eletrónica enunciada no número 1 deste artigo.

Artigo 6.º

Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto em número ímpar, por um mínimo de 3 (três) membros efetivos, um dos quais presidirá e 4 (quatro) suplentes, que inicia as suas funções no dia útil subsequente à data do envio para publicação do anúncio do concurso em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Ao júri do Concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade

adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

3. O júri do Concurso pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

Artigo 7.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças de procedimento

1. Nos termos do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do concurso, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação em uso pela Cascais Próxima, E.M., S.A. em <http://www.acingov.pt>.
2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pela Cascais Próxima, E.M., S.A. em <http://www.acingov.pt>, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
 - d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores, se for o caso.
3. Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do CCP.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a. O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Cascais Próxima, E.M., S.A em <http://www.acingov.pt>;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Cascais Próxima, E.M., S.A em <http://www.acingov.pt>, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.
 7. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
 8. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita todos os interessados.
 9. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Cascais Próxima, E.M., S.A em <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.
 10. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
 11. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente o aviso daquelas decisões no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 8.º

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no concurso de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo concurso, nos termos do artigo 53.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. As empresas que se apresentem a concurso em conjunto instruirão a sua proposta com um acordo-promessa de se constituírem, em caso de adjudicação, em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede em Portugal.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
7. Qualquer alteração na composição da associação de empresas terá que ser autorizada pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todas as empresas constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
8. Se algum, ou alguns, dos elementos da associação deixar de fazer parte dela, a sua quota de responsabilidade transitará na íntegra para os restantes elementos, sem prejuízo de a entidade adjudicante, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
9. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, que será o único interlocutor com a entidade adjudicante, devendo-lhe ser conferidos, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alíneas a), b) c), d) e) do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 9.º

Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades (singulares ou coletivas) que se encontrem impedidas pelas situações previstas no artigo 55.º, cujos impedimentos

podem ser relevados, nas situações expressamente previstas no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

CAPÍTULO II

DA PROPOSTA

Artigo 10.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é a declaração pela qual os concorrentes manifestam a sua vontade de contratar, o modo e as condições em que se dispõem a fazê-lo, tendo em atenção o estipulado no caderno de encargos e seus anexos.
2. A proposta é obrigatoriamente constituída pelos seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, previsto no artigo 59.º da Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do conselho, de 26 de fevereiro e disponível no Portal BASE, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto relativamente a cada um dos operadores económicos participantes, nos termos do documento referido na alínea anterior.
 - b. Documento onde sejam indicados os preços unitários pelos quais o concorrente se dispõe a efetuar o fornecimento dos bens, objeto do procedimento, elaborado de acordo com a “Minuta da proposta” (**anexo I** ao programa do procedimento, consoante o(s) Lote(s) a que concorre), os quais não podem exceder, sob pena de exclusão da respetiva proposta, os preços unitários fixados no **anexo I** ao caderno de encargos;
 - c. Os concorrentes que apresentem proposta para o Lote 1 (Produtos de higiene e limpeza) deverão igualmente apresentar uma declaração de compromisso da realização da formação anual certificada sobre a utilização dos produtos que são objeto deste Lote 1, nos termos do exigido na Cláusula 18.ª do Caderno de encargos, elaborada em conformidade com a “Minuta da Declaração de compromisso” (**anexo IV** ao programa do procedimento).
 - d. Fichas técnicas de todos os bens que o concorrente se propõe fornecer, comprovativa das características de cada um dos bens e, sempre que os bens apresentados acarretem riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores que os utilizarão, deverão igualmente ser disponibilizadas as respetivas fichas de dados de segurança. A não apresentação das fichas

- técnicas e das fichas de dados de segurança no ato da submissão das propostas, constituirá motivo de exclusão.
- e. Declaração em que o concorrente se obriga a cumprir a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente, o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), elaborada em conformidade com o modelo **Anexo IV** a este Programa;
- f. Declaração de Responsabilidade Social do concorrente elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo V** a este Programa do Procedimento.
3. Os concorrentes devem identificar, no respetivo corpo das declarações e documentos o Lote a que respeitam.
4. Caso o mesmo concorrente apresente proposta para mais do que um Lote, deve proceder à apresentação de todos os documentos que devem instruir as propostas para cada Lote a que concorre, com exceção do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), o qual substitui a declaração do Anexo I do CCP, referido na alínea a) do n.º 2 da presente cláusula, a qual poderá ser apresentada uma única vez.
5. Integram, também, a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
6. Os concorrentes devem, juntamente com os documentos que constituem a sua proposta, proceder à indicação do código de acesso para consulta eletrónica da Certidão Permanente da Empresa em vigor ou apresentação de cópia da mesma para identificação dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontram em efetividade de funções.
7. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o valor correspondente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), sendo que, em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
8. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
9. Todos os documentos que constituem a proposta e devidamente identificados n.º 2 e 3 deste artigo, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar e sempre que seja assinada por procurador, dever-se-á juntar procuração que confira a este último, poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
10. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo devem ser assinados pelo representante comum dos

membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes, nos termos melhor definidos no artigo 11.º deste PP.

11. Os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

Artigo 11.º

Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas e todos os documentos que as constituem devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov, acessível através do sítio *www.acingov.pt*, até às **23h59m do 30.º** (trigésimo) **dia** contado da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
2. O prazo limite para a apresentação das propostas será sempre o que constar na plataforma eletrónica mencionada no artigo 5.º deste programa.
3. A receção das propostas é registada com referência à data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico de receção.
4. Todos os documentos que constituem a proposta e devidamente elencados nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º deste Programa de Procedimento terão de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, conforme disposto no artigo 54.º¹ e 68.º, n.º 4², da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.
5. Para efeitos do disposto no número anterior, caso a submissão de uma proposta num ficheiro em formato PDF assinado digitalmente agrupe vários documentos autónomos, deve cada um deles ser assinados eletronicamente, de forma individualizada³, sob pena de exclusão.
6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua

¹ Artigo 54.º Assinaturas eletrónicas 1 - Os documentos submetidos na plataforma eletrónica, pelas entidades adjudicantes e pelos operadores económicos, devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos n.ºs 2 a 6.

² Artigo 68.º Carregamento das propostas (...) 4 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, quando o interessado realizar o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro de uma proposta, este deve estar já encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada.

³ Vd. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 12/2023, de 17 de novembro
Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 12/2023, de 17 de novembro
Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 12/2023, de 17 de novembro

função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

7. Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitui a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado no rosto do qual se deve indicar a designação do concurso e da entidade adjudicante e deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta e a correspondente receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
8. Se declaração indicada na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º for assinada por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.
9. Quando a declaração referida no número anterior for assinada por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes da representação do mesmo.
10. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem anexar-se à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
11. O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à *internet* de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.
12. A não apresentação de algum dos documentos indicados no artigo 10.º deste programa ou o incumprimento de regras específicas sobre o procedimento determina a exclusão da proposta, salvo o disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 12.º

Idioma dos documentos da proposta

1. A proposta e todos os documentos que a constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. A proposta e os documentos que a constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira,

devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada⁴, que prevalece sobre os respetivos originais.

3. Excluem-se do disposto nos números anteriores a utilização de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências técnicas em língua inglesa que, atento as especificidades técnicas das prestações objeto do contrato, sejam vulgarmente utilizadas no mercado português, desde que, sejam perfeitamente perceptíveis para o júri.

Artigo 13.º

Entrega de amostras

1. Dentro do prazo para apresentação das propostas e mencionado no artigo 11.º deste Programa de Procedimento, os concorrentes devem apresentar, na sede da entidade adjudicante no seguinte horário: 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:00h., relativamente ao(s) lote(s) a que concorrem, amostras dos seguintes produtos, de forma a poder-se aferir se os mesmos correspondem às características técnicas exigidas na Parte II do caderno de encargos:

Lote 1: Produtos de higiene e limpeza

- Detergente concentrado multiuso desengordurante tipo Lipos 5-C ou equivalente;
- Detergente concentrado desengordurante inodoro tipo Robor 2-C ou equivalente;
- Detergente concentrado desinfetante tipo Blu 5-C ou equivalente;
- Detergente concentrado anticalcário para limpeza de casas de banho tipo Elkan 5-C ou equivalente;
- Detergente concentrado multiuso auto-secante tipo Volée 5-C ou equivalente;
- Detergente concentrado para pavimentos tipo Euro Fiorito 5-C ou equivalente;
- Detergente desinfetante à base de cloro tipo Sepicloro Gel ou equivalente;
- Detergente desinfetante à base de cloro tipo Top Clor Gel ou equivalente;
- Detergente higienizante tipo Hygi Duo Surface ou equivalente;
- Cera acrílica tipo Meteor Maxima ou equivalente;
- Sabonete líquido antibacteriano tipo Sepiliq Marinho ou equivalente;
- Sabonete líquido antibacteriano tipo Sepicreme ou equivalente;
- Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Elkan ou equivalente;

⁴ Devem ser acompanhados de tradução, a qual pode ser feita por notário português, pelo respetivo consulado, ou ainda, por tradutor idóneo que sob juramento ou compromisso de honra, afirme perante notário ou advogado ser fiel à tradução.

- Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Volée ou equivalente;
- Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Lipos ou equivalente;
- Pistola pulverizadora em plástico com bico regulável – Azul e,
- Pistola pulverizadora em plástico com bico regulável – Vermelho.

As amostras respeitantes aos detergentes concentrados devem corresponder à respetiva embalagem, uma vez que se pretende igualmente verificar da sua conformidade com o pretendido.

As amostras dos restantes produtos podem ter outra quantidade que não a da respetiva embalagem, desde que seja disponibilizada a quantidade adequada que permita a correta aplicação para aferição da sua conformidade com o pretendido.

Lote 2: Sacos de lixo

- Rolo de saco de lixo preto em polietileno 30 L - 52x60;
- Rolo de saco de lixo preto em polietileno 50 L - 60x80 e,
- Rolo de saco de lixo preto em polietileno 120 L - 85x105;
- Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 30 L - 52x60 (amarelo, azul, branco, verde e vermelho);
- Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 50 L - 60x80 (amarelo, azul, branco, verde e vermelho);
- Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 120 L - 85x105 (amarelo, azul, branco, verde e vermelho);
- Saco de lixo PEBD - 65 x 80;
- Saco de lixo PEBD - 80 x 120;
- Saco de lixo PEBD - 95 x 130.

Lote 3: Materiais e consumíveis de limpeza

- Pano microfibra – azul, amarelo, vermelho, verde, branco e laranja
- Cabo de alumínio com rosca universal;
- Mopa em acrílico;
- Esfregona clássica ecológica;
- Esfregona industrial em algodão sem banda para utilização com pinça;
- Esfregona industrial de fibra torcida para utilização com pinça.

Lote 4: Baldes e carros de limpeza e serviço

- Balde com rodas e prensa;
- Balde de limpeza profissional de 12 L com espremedor;
- Espremedor para balde de 12 L;
- Balde de pó de 5 L;
- Carro de limpeza e serviço com rodas e 2 baldes (2 x 15 L) para limpezas industriais;
- Carro de limpeza e serviço com rodas e 4 baldes (2 x 15 L + 2 x 7 L) para limpezas industriais (pode ser apenas disponibilizada a respetiva fotografia);
- Carro de limpeza e serviço com rodas e 1 balde (25 L) para limpezas industriais;
- Prensa vertical para balde.

2. A não apresentação das amostras mencionadas no n.º 1 determina a exclusão da proposta.

Artigo 14.º

Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos, nos termos do artigo 53.º do CCP.
2. São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

Artigo 15.º

Retirada das Propostas

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do CCP.

Artigo 16.º

Classificação de documentos da proposta

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, podem os interessados requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação de documentos que constituam a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.

4. Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinam a classificação do documento, é promovida oficiosamente a respetiva desclassificação, que será comunicada a todos os interessados.
5. Quando, por força da classificação dos documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos previstos no artigo 13.º, ou no prazo fixado no artigo 14.º, o órgão competente para a decisão de contratar pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

Artigo 17.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no primeiro dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procederá à publicitação da lista de concorrentes e das respetivas propostas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e identificada no artigo 5.º (acinGov).
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 18.º

Negociação

No presente procedimento não há lugar a negociação.

Artigo 19.º

Leilão eletrónico

No presente procedimento, os atributos das respetivas propostas não serão objeto de leilão eletrónico.

Artigo 20.º

Exclusão das propostas

São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, em conformidade com o número 1 do artigo 11.º deste programa de procedimento;
- b. Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos no número 2 do artigo 10.º deste programa de procedimento;
- c. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
- d. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
- e. Que o preço contratual total e/ou preços unitários seria superior ao preço base;
- f. Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
- g. A existência de indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- h. Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- i. Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
- j. Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
- k. Que sejam apresentadas como propostas variantes;
- l. Que violem quaisquer das demais disposições previstas no CCP.

CAPÍTULO III

DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Artigo 21.º

Critério de adjudicação e de desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da “proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante”, na modalidade monofator, determinada pela avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato submetido à concorrência (critério do preço mais baixo), para cada lote, termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. O preço de cada proposta será apurado pela aplicação da seguinte fórmula matemática por Lote:

Lote 1:

$$\begin{aligned}
 PG = & (PUDC_{L5C}/PBUDC_{L5C}) \times 0,15 + (PUDC_{E5C}/PBUDC_{E5C}) \times 0,15 \\
 & + (PUDC_{V5C}/PBUDC_{V5C}) \times 0,10 + (PUDC_{EF5C}/PBUDC_{EF5C}) \times 0,20 \\
 & + (PUDT_{SEP}/PBUDT_{SEP}) \times 0,05 + (PUDT_{TCG}/PBUDT_{TCG}) \times 0,05 + (PULX_T/PBULX_T) \times 0,05 \\
 & + (SPU_{RPHL}/SPBU_{RPHL}) \times 0,25
 \end{aligned}$$

Onde:

PG significa pontuação global da proposta;

$PUDC_{L5C}$ significa preço unitário proposto para desengordurante multiusos tipo Lipos 5C ou equivalente;

$PBUDC_{L5C}$ significa preço base unitário do desengordurante multiusos tipo Lipos 5C ou equivalente;

$PUDC_{E5C}$ significa preço unitário proposto para detergente de limpeza concentrado WC perfumado tipo Elkasen 5C ou equivalente;

$PBUDC_{E5C}$ significa preço base unitário do detergente de limpeza concentrado WC perfumado tipo Elkasen 5C ou equivalente;

$PUDC_{V5C}$ significa preço unitário proposto para detergente multiusos auto-secante concentrado tipo Volée 5C ou equivalente;

$PBUDC_{V5C}$ significa preço base unitário do detergente multiusos auto-secante concentrado tipo Volée 5C ou equivalente;

$PUDC_{EF5C}$ significa preço unitário proposto para detergente de pavimentos tipo Euro Fiorito 5C ou equivalente;

$PBUDC_{EF5C}$ significa preço base unitário do detergente de pavimentos tipo Euro Fiorito 5C ou equivalente;

$PUDT_{SEP}$ significa preço unitário proposto para detergente desinfetante à base de cloro tipo Sepiclorogel ou equivalente;

$PBUDT_{SEP}$ significa preço base unitário do detergente desinfetante à base de cloro tipo Sepiclorogel ou equivalente;

$PUDT_{TCG}$ significa preço unitário proposto para detergente desinfetante à base de cloro tipo Top Clor Gel ou equivalente;

$PBUDT_{TCG}$ significa preço base unitário do detergente desinfetante à base de cloro tipo Top Clor Gel ou equivalente;

$PULX_T$ significa preço unitário proposto para lixívia tradicional tipo Rio Sul ou equivalente;

$PBULX_T$ significa preço base unitário da lixívia tradicional tipo Rio Sul ou equivalente;

SPU_{RPHL} significa somatório dos preços unitários propostos para os restantes produtos de higiene e limpeza;

$SPBU_{RPHL}$ significa somatório dos preços base unitários dos restantes produtos de higiene e limpeza.

Lote 2:

$$\begin{aligned} PG = & (PURS_{P30L}/PBURS_{P30L}) \times 0,10 + (PURS_{P50L}/PBURS_{P50L}) \times 0,20 \\ & + (PURS_{P120L}/PBURS_{P120L}) \times 0,20 + (PURS_{C30L}/PBURS_{C30L}) \times 0,05 \\ & + (PURS_{C50L}/PBURS_{C50L}) \times 0,20 + (PURS_{C120L}/PBURS_{C120L}) \times 0,20 \\ & + (SPU_{RSL}/SPBU_{RSL}) \times 0,05 \end{aligned}$$

Onde:

PG significa pontuação global da proposta;

$PURS_{P30L}$ significa preço unitário proposto para rolo de saco de lixo preto em polietileno 30L;

$PBURS_{P30L}$ significa preço base unitário do rolo de saco de lixo preto em polietileno 30L;

$PURS_{P50L}$ significa preço unitário proposto para rolo de saco de lixo preto em polietileno 50L;

$PBURS_{P50L}$ significa preço base unitário do rolo de saco de lixo preto em polietileno 50L;

$PURS_{P120L}$ significa preço unitário proposto para rolo de saco de lixo preto em polietileno de 120L;

$PBURS_{P120L}$ significa preço base unitário do rolo de saco de lixo preto em polietileno de 120L;

$PURS_{C30L}$ significa preço unitário proposto para rolo de saco de lixo de cor em polietileno 30L;

$PBURS_{C30L}$ significa preço base unitário do rolo de saco de lixo de cor em polietileno 30L;

$PURS_{C50L}$ significa preço unitário proposto para rolo de saco de lixo de cor em polietileno 50L;

$PBURS_{C50L}$ significa preço base unitário do rolo de saco de lixo de cor em polietileno 50L;

$PURS_{C120L}$ significa preço unitário proposto para rolo de saco de lixo de cor em polietileno de 120L;

$PBURS_{C120L}$ significa preço base unitário do rolo de saco de lixo de cor em polietileno de 120L;

SPU_{RSL} significa somatório dos preços unitários propostos para os restantes sacos de lixo;

$SPBU_{RSL}$ significa somatório dos preços base unitários dos restantes sacos de lixo.

Lote 3:

$$PG = (PUPN_{MIC}/PBUPN_{MIC}) \times 0,15 + (PUCB_{ALU}/PBUCB_{ALU}) \times 0,10 \\ + (PURE_{FBV}/PBURE_{FBV}) \times 0,10 + (PUMP_{ACR}/PBUMP_{ACR}) \times 0,15 \\ + (PUES_{CLE}/PBUES_{CLE}) \times 0,15 + (PUES_{IAP}/PBUES_{IAP}) \times 0,10 \\ + (PUVA_{CAL}/PBIVA_{CAL}) \times 0,10 + (SPU_{RMC}/SPBU_{RMC}) \times 0,15$$

Onde:

PG significa pontuação global da proposta;

$PUPN_{MIC}$ significa preço unitário médio proposto para pano microfibras;

$PBUPN_{MIC}$ significa preço base unitário médio do pano microfibras;

$PUCB_{ALU}$ significa preço unitário proposto para cabo de alumínio com rosca universal;

$PBUCB_{ALU}$ significa preço base unitário do cabo de alumínio com rosca universal;

$PURE_{FBV}$ significa preço unitário proposto para rolo de esfregão de fibra verde;

$PBURE_{FBV}$ significa preço base unitário do rolo de esfregão de fibra verde;

$PUMP_{ACR}$ significa preço unitário proposto para mopa em acrílico;

$PBUMP_{ACR}$ significa preço base unitário da mopa em acrílico;

$PUES_{CLE}$ significa preço unitário proposto para esfregona clássica ecológica;

$PBUES_{CLE}$ significa preço base unitário da esfregona clássica ecológica;

$PUES_{IAP}$ significa preço unitário proposto para esfregona industrial em algodão sem banda para utilização com pinça;

$PBUES_{IAP}$ significa preço base unitário da esfregona industrial em algodão sem banda para utilização com pinça;

$PUVA_{CAL}$ significa preço unitário proposto para vassoura com cabo em alumínio forrado a PVC;

$PBIVA_{CAL}$ significa preço base unitário da vassoura com cabo em alumínio forrado a PVC;

SPU_{RMC} significa somatório dos preços unitários propostos para os restantes materiais e consumíveis de limpeza;

$SPBU_{RMC}$ significa somatório dos preços base unitários dos restantes materiais e consumíveis de limpeza.

Lote 4:

$$PG = (PUBD_{RDP}/PBUBD_{RDP}) \times 0,20 + (PUBD_{12}/PBUBD_{12L}) \times 0,20 \\ + (PUBD_{P5L}/PBUBD_{P5L}) \times 0,15 + (PUCL_{2BD}/PBUC_{2B}) \times 0,20 \\ + (PUPV_{BLD}/PBUPV_{BLD}) \times 0,10 + (SPU_{RBC}/SPBU_{RBC}) \times 0,15$$

Onde:

PG significa pontuação global da proposta;

$PUBD_{RDP}$ significa preço unitário proposto para balde com rodas e prensa;

$PBUBD_{RDP}$ significa preço base unitário do balde com rodas e prensa;

$PUBD_{12L}$ significa preço unitário proposto para balde de limpeza profissional de 12 L com espremedor;

$PBUBD_{12L}$ significa preço base unitário do balde de limpeza profissional de 12 L com espremedor;

$PUBD_{P5L}$ significa preço unitário proposto para balde de pó de 5 L;

$PBUBD_{P5L}$ significa preço base unitário do balde de pó de 5 L;

$PUCL_{2BD}$ significa preço unitário proposto para carro de limpeza e serviço com rodas e 2 baldes (2 x 15 L) para limpezas industriais;

$PBUCL_{2BD}$ significa preço base unitário do carro de limpeza e serviço com rodas e 2 baldes (2 x 15 L) para limpezas industriais;

$PUPV_{BLD}$ significa preço unitário proposto para prensa vertical para balde;

$PBUPV_{BLD}$ significa preço base unitário da prensa vertical para balde;

SPU_{RBC} significa somatório dos preços unitários propostos para os restantes artigos para baldes e carros de limpeza e serviço;

$SPBU_{RBC}$ significa somatório dos preços base unitários dos restantes artigos para baldes e carros limpeza e serviço.

3. A pontuação varia entre 0 e 1, sendo o concorrente ganhador de cada Lote aquele que, após a aplicação do critério de adjudicação, obtiver a pontuação mais baixa, com arredondamento à terceira casa decimal.
4. No caso de duas ou mais propostas apresentarem a mesma pontuação, a diferenciação das propostas, para efeitos da sua hierarquização e subsequente adjudicação, efetuar-se-á tomando por referência, de forma sucessiva e até que se obtenha a diferenciação, o seguinte critério de desempate:
 - Lote 1: Proposta que apresente o preço mais baixo para o detergente concentrado para pavimentos tipo Euro Fiorito 5-C ;
 - Lote 2: Proposta que apresente o preço mais baixo para o rolo de saco de lixo preto em polietileno 50 L - 60x80;
 - Lote 3: Proposta que apresente o preço mais baixo para a esfregona clássica ecológica;

Lote 4: Proposta que apresente o preço mais baixo para o carro de limpeza e serviço com rodas e 2 baldes (2 x 15 L) para limpezas industriais.

5. Caso a situação de empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes dos concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, nos seguintes termos:
- As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "x", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respetivo registo na plataforma.
 - Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4 (quatro) de forma que não fique visível o número inscrito em cada folha.
 - Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
 - Os papéis serão retirados um a um, sendo elaborado um auto que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.
 - O primeiro papel a ser retirado corresponde à proposta do concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
 - A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.
 - O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada a todos os concorrentes.

CAPÍTULO IV

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIOS E AUDIÊNCIA PRÉVIA

Artigo 22.º

Esclarecimentos e suprimimento de propostas

- O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as

constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
6. O não cumprimento dentro do prazo concedido para o efeito dos pedidos solicitados pelo júri e mencionados nos n.ºs 1 e 3 ou a não apresentação de justificação antes dele expirado, poderá implicar que a posição que o concorrente tomou, seja interpretada como desistência do procedimento, com todas as consequências daí decorrentes.

Artigo 23.º

Relatório preliminar

Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, bem como, a exclusão das propostas cuja análise revele alguma ou algumas das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 24.º

Audiência prévia

O relatório preliminar referido no artigo anterior é submetido, por meio da plataforma eletrónica, simultaneamente, a todos os concorrentes, concedendo-lhes o prazo de 5 (cinco) dias para que, querendo, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 25º

Relatório final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia,

mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 26.º

Da dispensa dos relatórios preliminar e final de análise de propostas

1. Quando apenas tenha sido submetida uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir os esclarecimentos que possam vir a ser necessários sobre a mesma, e submeter o projeto de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto pelo ponto anterior, não há lugar a fase de audiência prévia, nem à elaboração do Relatório Preliminar ou Final de Análise de Propostas, podendo o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

CAPÍTULO V

DA ADJUDICAÇÃO, DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DA CAUÇÃO E DO CONTRATO

Artigo 27.º

Notificação da adjudicação, da apresentação dos documentos de habilitação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-se-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. Com a notificação da adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para:
 - a. No prazo de 5 (cinco) dias, apresentar os documentos de habilitação mencionados no artigo 28.º do programa;
 - b. Se pronunciar sobre a minuta do contrato;
 - c. Confirmar, se aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

3. As supras referidas notificações serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 28.º

Documentos de habilitação e modo de apresentação

1. Quando notificado pela entidade adjudicante, o adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração de habilitação a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP elaborada conforme o modelo constante do Anexo II deste Programa de procedimento;
 - b. Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do CCP:
 - i. Declaração emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social comprovativa de que a sua situação relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social se encontra regularizada, ou o respetivo código de acesso para consulta, dentro do prazo de validade;
 - ii. Declaração emitida pela Autoridade Tributária comprovativa de que a sua situação relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português se encontra regularizada, ou respetivo código de acesso para consulta, dentro do prazo de validade; e
 - iii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas no artigo 55.º, alíneas b) e h) do CCP, ou seja: Certificados de Registo Criminal relativos à empresa e todos os titulares do órgão da gerência, ou indicação da chave móvel digital/código de consulta no Portal do Registo Criminal Online relativas aos mesmos, dentro do prazo de validade).
 - c. Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP;
 - d. Plano de prevenção de corrupção e de infrações, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo n.º 9 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, salvo o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, caso em que deve apresentar essa certificação, se aplicável;
 - e. Declaração sobre Regime Geral de Prevenção da Corrupção, elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo VIII** a este Programa do Procedimento.

2. Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, se pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário, fazê-los acompanhar de tradução, devidamente legalizada.
3. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no n.º 1.º da presente cláusula, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante (acinGov), ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, enviando-os através de correio eletrónico para o endereço **dcp@cascaisproxima.pt**, ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
5. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos entregues pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo de 5 (cinco) dias para supressão das mesmas.
6. A entidade adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do n.º 3 do presente artigo, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes.
7. A apresentação dos documentos de habilitação pode ser substituída por indicação do endereço *internet* onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta nos casos previstos no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente Programa de Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

Artigo 29.º

Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado neste programa do procedimento;
 - b) Não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;

- c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe o prazo não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar conceder-lhe-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 dias para a apresentação e/ou para a supressão das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 30.º

Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 87.º do CCP.

Artigo 31.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação (referente a algum ou a cada um dos lotes) recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. Os membros do agrupamento devem igualmente subscrever declarações de nomeação de chefe de consórcio, ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
3. O título constitutivo da modalidade de associação dos membros do agrupamento adjudicatário prevista no n.º 1 e as declarações referidas no número anterior devem ser apresentados pelo(s) adjudicatário(s), nos termos previstos no artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos e no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
4. A não apresentação dos documentos referidos no número anterior nos termos e prazos aí

previstos determina a caducidade da adjudicação, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime consagrado nos n.ºs 2 a 4 do artigo 86.º do CCP.

Artigo 32.º

Caução

1. É dispensada a prestação de caução pelo(s) adjudicatário(s) ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.
2. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a entidade adjudicante reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 5% (cinco por cento) do valor dos pagamentos a efetuar.

CAPÍTULO VI

DA MINUTA E OUTORGA DO CONTRATO

Artigo 33.º

Forma dos contratos

O(s) contrato(s) serão reduzido(s) a escrito nos termos referidos no n.º 1 do art.º 94.º do CCP.

Artigo 34.º

Notificação e aceitação da minuta do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da minuta do contrato em simultâneo com a notificação da adjudicação, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As bases do(s) contrato(s) a celebrar para a ***aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza***, na modalidade de fornecimento contínuo, objeto do presente procedimento, serão estabelecidas atendendo aos elementos incluídos no programa do procedimento, caderno de encargos e aos apresentados pelo adjudicatário, desde que aceites pela entidade adjudicante.
4. No caso de o(s) adjudicatário(s) ser um agrupamento de empresas, deverá constituir-se como consórcio externo em regime de responsabilidade solidária e entregar, até à data da assinatura do(s) contrato(s), os documentos comprovativos dessa constituição.

Artigo 35.º

Reclamações da minuta do contrato

1. As reclamações da(s)minuta(s) do contrato(s) a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o

contrato nos termos previstos nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 36.º

Celebração do contrato

1. A outorga do(s) contrato(s) deverá ter lugar nos 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão sobre eventual reclamação, mas nunca antes dos prazos estipulados no artigo 104.º do CCP.
2. Considerando que a assinatura do contrato será feita por meios eletrónicos, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário do prazo para a outorga e submissão ou remessa do contrato, o qual não poderá ser inferior a 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37.º

Causas de não adjudicação

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, não há lugar a adjudicação, o que determina a revogação do ato de contratar, nas situações e nos termos previstos no artigo 79.º do CCP.
2. Não há ainda lugar à adjudicação quando:
 - a. A proposta apresentada seja considerada inaceitável por parte da entidade adjudicante;
 - b. Quando se verifique qualquer uma das seguintes situações:
 - i. A prestação de falsas declarações;
 - ii. A falsificação de documentos;
 - iii. A existência de fundado indício de conluio entre os proponentes;
 - iv. Situação tributária e contributiva não regularizada ou falta de comprovação de que as mesmas se acham regularizadas, no país de origem.
3. Caso se verifique a não adjudicação, o concorrente é notificado da correspondente decisão e dos respetivos fundamentos, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 79.º do CCP.
4. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 38.º

Causas de caducidade da adjudicação

1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a. Não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado na respetiva notificação da decisão de adjudicação, ou da sua prorrogação;
 - b. Não apresentar os documentos de habilitação redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada, consoante os casos;
 - c. Não prestar a caução devida por facto imputável ao adjudicatário;
 - d. Não confirmar os compromissos, nos termos do artigo 92.º do CCP;
 - e. Falsificar de qualquer documento apresentado ou prestação culposa de falsas declarações;
 - f. A ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste;
 - g. Por facto que lhe seja imputável, não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe o prazo não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 do presente artigo, se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar conceder-lhe-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação e/ou para a supressão das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Ocorrendo a caducidade da adjudicação nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
5. A prestação de falsas declarações ou a apresentação de documentos falsificados, para além de determinar a anulação da adjudicação, implicará a responsabilidade civil e criminal dos seus autores.
6. A entidade responsável pelo procedimento comunica ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) a caducidade da adjudicação.

Artigo 39.º

Anulação do procedimento

A adjudicação considerar-se-á sem efeito quando, por facto imputável ao concorrente, se verifique qualquer uma das seguintes situações:

- a. Não apresentação da documentação que lhe seja exigida ao abrigo deste procedimento ou da lei;
- b. A prestação de falsas declarações ou a apresentação de documentos falsificados situação que, para além de determinar a anulação da adjudicação, implicará a responsabilidade civil e criminal dos seus autores.

Artigo 40.º

Lotes não adjudicados

1. Na circunstância de o lote ou lotes não adjudicados resultar de desistência ou caducidade da respetiva adjudicação, os mesmos são adjudicados ao(s) concorrente(s) posicionado(s) em segundo lugar relativamente ao lote em questão, e assim sucessivamente.
2. Caso não seja apresentada qualquer proposta para um ou mais lotes e haja algum interessado(s) na adjudicação de determinado(s) lote(s), a entidade adjudicante reserva o direito de proceder à atribuição direta do(s) mesmo(s), mediante requerimento a apresentar.

Artigo 41.º

Despesas e encargos

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato e, bem assim, os encargos de natureza fiscal, serão da conta do concorrente, designadamente, as despesas derivadas da prestação da caução e visto do Tribunal de Contas (se a este houver lugar).

Artigo 42.º

Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos

1. A contagem de prazos na fase de formação de contratos é feita nos seguintes termos:
 - a. O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades;
 - b. Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
 - c. O prazo fixado suspende-se nos sábados, domingos e feriados;
 - d. Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados;

- e. É havido como prazo de um ou dois dias o designado, respetivamente, por 24 ou 48 horas;
 - f. O termo do prazo que coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte;
 - g. Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas e das soluções são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 43.º

Gestor do contrato

1. Para efetuar a gestão do contrato objeto do presente procedimento, com a adjudicação, será nomeado um gestor do contrato, pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O gestor do contrato deverá acompanhar permanentemente a execução do contrato, no sentido da promoção de um desempenho de qualidade.
3. O gestor poderá elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão com competência para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Artigo 44.º

Dever de Colaboração

1. A entidade adjudicante, pode solicitar, por escrito, aos concorrentes quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
2. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

Artigo 45.º

Sigilo

1. Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente concurso ou subsequentes procedimentos, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo ou dos procedimentos subsequentes.

2. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não adjudicar o(s) lote(s), se entender que a(s) proposta(s) apresentada(s) não é(são) vantajosa(s) para a Cascais Próxima, E.M., S.A..

Artigo 46.º

Proteção de dados pessoais

1. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c) do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrito, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais nomeadamente de identificação, CV's e informação relativa ao registo criminal relativos aos concorrentes/adjudicatário, incluindo dos seus representantes, titulares de órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea b) e c) do RGPD, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento, os concorrentes/adjudicatário irão proceder apenas ao tratamento de dados pessoais dos órgãos sociais e representantes da entidade adjudicante, que devem ser tratados de acordo com as imposições do RGPD e demais legislação de proteção de dados pessoais.
3. Os concorrentes, incluindo o adjudicatário, são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos titulares dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.
4. Os concorrentes, incluindo o adjudicatário, têm o direito, em qualquer altura, de solicitar à entidade adjudicante, através de e-mail para geral@cascaisproxima.pt, o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.

Artigo 47.º

Reserva de não adjudicação

A entidade adjudicante reserva-se no direito de não adjudicar, se entender que as propostas apresentadas não são vantajosas para a Cascais Próxima, E.M., S.A..

Artigo 48.º

Legislação aplicável

1. Lei aplicável é a portuguesa.
2. Ao presente procedimento são aplicáveis as normas constantes do presente Programa de Concurso e do Caderno de Encargos.
3. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso, aplicar-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na versão em vigor e, subsidiariamente, nas demais disposições legislativas e regulamentares, nacional e comunitária aplicável, nos termos do artigo 280.º do CCP.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Programa do Procedimento]

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em
<http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. [...] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ [...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento por concurso público internacional para a **“aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza”**, na modalidade de fornecimento contínuo, com a referência interna (CP002425_Lote ...), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
 2. A declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

MINUTA DA PROPOSTA

[A que se refere a al. b) do n.º 2 do artigo 10.º do programa do procedimento]

Lote 1

[...] (nome, número de documento de identificação e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) de ⁽¹⁾ [...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público internacional para a “**aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza**”, na modalidade de fornecimento contínuo, com a referência interna (CP002425_Lote 1), declara(m) que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a fornecer aqueles bens, nas condições previstas no respetivo caderno de encargos, até se atingir o preço contratual de até **333.000,00 €** (trezentos e trinta e três mil euros), pelos seguintes preços unitários:

Artigo	Embalagem	Preço unitário
Detergente concentrado multiuso desengordurante tipo Lipos 5-C ou equivalente	1L	
Detergente concentrado desengordurante de alta eficácia tipo Mistral 5-C ou equivalente	1L	
Detergente concentrado desengordurante inodoro tipo Robor 2-C ou equivalente	1L	
Detergente concentrado desinfetante tipo Blu 5-C ou equivalente	1L	
Detergente concentrado desinfetante desengordurante tipo Sprint Day 5-C ou equivalente	1L	
Detergente concentrado anticalcário para limpeza de casas de banho tipo Elkasán 5-C ou equivalente	1L	
Detergente concentrado multiuso auto-secante tipo Volée 5-C ou equivalente	1L	
Detergente concentrado para pavimentos tipo Euro Fiorito 5-C ou equivalente	1L	
Detergente para pavimentos tipo Euro Lavanda Bioalcool ou equivalente	5L	
Detergente para pavimentos em parquet tipo Parquet Clean ou equivalente	5L	
Detergente desengordurante para pavimentos tipo Sepiclean 700 ou equivalente	5L	
Detergente desinfetante à base de cloro tipo Sepicloro Gel ou equivalente	5L	
Detergente desinfetante à base de cloro tipo Top Clor Gel ou equivalente	750ml	

Detergente higienizante tipo Hygi Duo Surface ou equivalente	750ml	
Lixívia tradicional tipo Rio Sul ou equivalente	5L	
Detergente desincrustante tipo Kross ou equivalente	5L	
Detergente em spray para superfícies em aço inoxidável tipo Tergi Inox ou equivalente	500ml	
Detergente em spray para madeira tipo Mobilifresh ou equivalente	500ml	
Detergente para alcatifas tipo Ini-Mok ou equivalente	5L	
Detergente lava louça manual tipo Sepilav Eco ou equivalente	5L	
Detergente ecolabel neutro para pavimentos tipo Amazzonía ou equivalente	1L	
Detergente ecolabel neutro para pavimentos tipo Amazzonía ou equivalente	5L	
Detergente ecolabel para manutenção WC tipo Artico ou equivalente	750ml	
Detergente ecolabel para manutenção WC tipo Artico ou equivalente	5L	
Detergente ecolabel multiuso tipo Niagara ou equivalente	750ml	
Cera acrílica tipo Meteor Maxima ou equivalente	5L	
Vitrificador tipo Cris Rosa ou equivalente	5L	
Decapante cera tipo Straik N.R. ou equivalente	5L	
Sabonete líquido antibacteriano tipo Sepiliq Marinho ou equivalente	5L	
Sabonete líquido antibacteriano tipo Sepicreme ou equivalente	5L	
Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Elkanas ou equivalente	Unid.	
Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Volée ou equivalente	Unid.	
Garrafa para diluição do detergente concentrado tipo Lipos ou equivalente	Unid.	
Pistola pulverizadora em plástico com bico regulável - Azul	Unid.	
Pistola pulverizadora em plástico com bico regulável - Vermelho	Unid.	

Às quantias supra indicadas acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[...] (local), [...] (data), [...] [assinatura(s) ⁽³⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

MINUTA DA PROPOSTA

[A que se refere a al. b) do n.º 2 do artigo 10.º do programa do procedimento]

Lote 2

[...] (nome, número de documento de identificação e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) de ⁽¹⁾ [...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público para a concurso público internacional para a **“aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza”**, na modalidade de fornecimento contínuo, com a referência interna (CP002425_Lote 2), declara(m) que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a fornecer aqueles bens, nas condições previstas no respetivo caderno de encargos, até se atingir o preço contratual de até **173.000,00 €** (cento e setenta e três mil euros), pelos seguintes preços unitários:

Artigo	Embalagem	Preço unitário
Rolo de saco de lixo preto em polietileno 30 L - 52x60	20 sacos	
Rolo de saco de lixo preto em polietileno 50 L - 60x80	10 sacos	
Rolo de saco de lixo preto em polietileno 120 L - 85x105	10 sacos	
Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 30 L - 52x60	20 sacos	
Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 50 L - 60x80	10 sacos	
Rolo de saco de lixo de cor em polietileno 120 L - 85x105	10 sacos	
Saco de lixo PEBD - 65 x 80	10 kg	
Saco de lixo PEBD - 80 x 120	10 kg	
Saco de lixo PEBD - 95 x 130	10 kg	

Às quantias supra indicadas acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[...] (local), [...] (data), [...], [...] [assinatura(s)] ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

MINUTA DA PROPOSTA

[A que se refere a al. b) do n.º 2 do artigo 10.º do programa do procedimento]

LOTE 3

[...] (nome, número de documento de identificação e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) de ⁽¹⁾ [...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público para a concurso público internacional para a **“aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza”**, na modalidade de fornecimento contínuo, com a referência interna (CP002425_Lote 3), declara(m) que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a fornecer aqueles bens, nas condições previstas no respetivo caderno de encargos, até se atingir o preço contratual de até **52.000,00 €** (cinquenta e dois mil euros), pelos seguintes preços unitários:

Artigo	Embalagem	Preço unitário
Pano microfibra - Azul	Unid.	
Pano microfibra - Amarelo	Unid.	
Pano microfibra - Vermelho	Unid.	
Pano microfibra - Verde	Unid.	
Pano microfibra - Branco	Unid.	
Pano microfibra - Laranja	Unid.	
Pano do pó	Unid.	
Esponja salva unha - Azul	Unid.	
Esponja salva unha - Vermelho	Unid.	
Esponja salva unha - Amarelo/verde	Unid.	
Rolo de esfregão de fibra verde	6 m	
Esfregão em malha de aço inoxidável n.º 3	1 Kg	
Esfregão em malha de aço inoxidável n.º 5	1 Kg	
Cabo de alumínio com rosca universal	Unid.	
Armação para mopa acrílica	Unid.	
Armação para mopa em tesoura	Unid.	
Armação para mopa plana	Unid.	
Mopa em acrílico	Unid.	
Mopa plana em polipropileno	Unid.	
Mopa de franjas em forma de tesoura	Unid.	
Esfregona clássica ecológica	Unid.	
Esfregona industrial em algodão sem banda para utilização com pinça	Unid.	
Esfregona industrial de fibra torcida para utilização com pinça	Unid.	
Pinça para esfregona profissional	Unid.	
Rodo 45 cm	Unid.	
Rodo 55 cm	Unid.	
Vassoura com cabo em alumínio forrado a PVC	Unid.	
Vassoura de rua com cabo metálico forrado a PVC	Unid.	

Pá com cabo em metal forrado a PVC	Unid.	
Pá de lixo c/ cobertura articulada plástico, cabo em alumínio forrado a PVC	Unid.	
Borracha para raclete	Unid.	
Guia de inox para raclete	Unid.	
Punho em inox para raclete	Unid.	
Kit completo de raclete para limpeza de vidros	Unid.	
Cabo telescópio extensível em alumínio 1x1m	Unid.	
Cabo telescópio extensível em alumínio 1,5x1,5m	Unid.	
Cabo telescópio extensível em alumínio 2x2m	Unid.	
Cabo telescópio extensível em alumínio 2x3m	Unid.	
Cabo telescópio extensível em alumínio 3x3m	Unid.	
Peluche para lavagem de vidros	Unid.	
Raspador em inox para limpeza de vidros (calha)	Unid.	
Punho em inox para raspador de vidros	Unid.	
Lâminas para raspador de vidros	10 lâminas	
Suporte de peluche para lavagem de vidros	Unid.	
Espanador de pó em acrílico	Unid.	
Espanador de teias oval	Unid.	
Piaçaba com corpo, cabo e cerdas em polipropileno	Unid.	
Avisador de piso escorregadio	Unid.	
Disco abrasivo de 13" - Castanho	Unid.	
Disco abrasivo de 13" - Preto	Unid.	
Disco abrasivo de 14" - Castanho	Unid.	
Disco abrasivo de 14" - Preto	Unid.	
Disco abrasivo de 16" - Vermelho	Unid.	
Disco abrasivo de 16" - Castanho	Unid.	
Disco abrasivo de 16" - Preto	Unid.	
Disco abrasivo de 18" - Castanho	Unid.	
Disco abrasivo de 18" - Preto	Unid.	
Disco abrasivo de alta rotação de 20" - Rosa	Unid.	
Filtro papel para aspirador tipo Ghibli AS6	10 sacos	
Filtro papel para aspirador tipo F11 DRY (X15)	10 sacos	
Filtro papel para aspirador de costas tipo T1	10 sacos	

Às quantias supra indicadas acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[...] (local), [...] (data), [...] [assinatura(s) ⁽³⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "sua representada"

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

MINUTA DA PROPOSTA

[A que se refere a al. b) do n.º 2 do artigo 10.º do programa do procedimento]

LOTE 4

[...] (nome, número de documento de identificação e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) de ⁽¹⁾ [...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público internacional para a **“aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza”**, na modalidade de fornecimento contínuo, com a referência interna (CP002425_Lote 4), declara(m) que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a fornecer aqueles bens, nas condições previstas no respetivo caderno de encargos, até se atingir o preço contratual de até **47.500,00 €** (quarenta e sete e sete mil e quinhentos euros), pelos seguintes preços unitários:

Artigo	Embalagem	Preço unitário
Balde com rodas e prensa	Unid.	
Balde de limpeza profissional de 12 L com espremedor	Unid.	
Espremedor para balde de 12 L	Unid.	
Balde de pó de 5 L	Unid.	
Carro de limpeza e serviço com rodas e 2 baldes (2 x 15 L) para limpezas industriais	Unid.	
Carro de limpeza e serviço com rodas e 4 baldes (2 x 15 L + 2 x 7 L) para limpezas industriais	Unid.	
Carro de limpeza e serviço com rodas e 1 balde (25 L) para limpezas industriais	Unid.	
Prensa vertical para balde	Unid.	

Às quantias supra indicadas acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[...] (local), [...] (data), [...] [assinatura(s) ⁽³⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO IV

MINUTA DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

[A que se refere a al. c) do n.º 1 do artigo 10.º do programa do procedimento]

[...] (nome, número de documento de identificação e morada) e [...] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante(s) legal(ais) de ⁽¹⁾[...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do procedimento por procedimento por concurso público internacional para a “**aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza**”, na modalidade de fornecimento contínuo, com a referência interna (CP002425-Lote 1), declara(m) sob o compromisso de honra que, em caso de adjudicação a sua representada² se obriga a realizar a formação anual certificada sobre a utilização dos produtos que são objeto deste Lote 1, a qual será realizada em Cascais, em diversas sessões, com a duração mínima de 2 (duas) horas cada, a ser ministrada a todos os colaboradores do Departamento de Limpezas da Cascais Próxima – Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, E.M., S.A. (entre 250 e 320 colaboradores), a qual será ministrada por entidade certificada para o efeito pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT).

[...] (local), [...] (data), [...] [assinatura(s) ⁽³⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”

(³) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO AO ABRIGO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

[a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 10.º do Programa]

1. ([...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) ⁽¹⁾ da [...] (nome ou denominação social, número único de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, nomes ou denominações sociais, números únicos de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sedes),], adjudicatário(a) na sequência do procedimento por concurso público com publicidade internacional para a ***“Aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza***, na modalidade de fornecimento contínuo, com a referência interna (CP002425 -Lote _____), declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada cumpre a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e de privacidade, incluindo o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (“RGPD”), e que em particular:
- Assegura que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade de acordo com o RGPD;
 - Assegura que o serviço a contratar adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;
 - Apresenta capacidade de prestar a assistência necessária à STCP no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados;
 - Garante a implementação de mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
 - Assegura capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à entidade Cascais Próxima, E.M., S.A. consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços relacionado com o tratamento;
 - Disponibiliza as informações necessárias para demonstrar o cumprimento com o RGPD, nos termos do artigo 28º do RGPD, e que se demonstre disponível, caso seja necessário, para contribuir e colaborar com as auditorias ou inspeções conduzidas pela STCP ou por outra entidade por esta mandatada.

2. Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... (assinatura) (3).

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À RESPONSABILIDADE SOCIAL

[a que se refere a alínea f) do n.º 2 do artigo 10.º do Programa de procedimento]

1. [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) ⁽¹⁾ da [...] (nome ou denominação social, número único de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, nomes ou denominações sociais, números únicos de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sedes), declara (m) sob compromisso de honra, que a sua representada, que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:
- a. Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
 - b. Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
 - c. Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
 - d. Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
 - e. Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
 - f. Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
 - g. Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
 - h. Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
 - i. Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
 - j. Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a [•] venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;

- k. Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
 - l. Informar a [•] de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
 - m. Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.
2. Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

[... (local), ... (data), ... (assinatura) ⁽³⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”;

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO SOBRE REGIME GERAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO⁵

[...] (Denominação social da empresa), com sede em [...], com o número único de matrícula e de pessoa coletiva [...], com o capital social de [...], adjudicatário(a) no procedimento com a referência interna (...), tendo em conta o Regime Geral de Prevenção da Corrupção e as orientações estratégicas do Município de Cascais, informa que:

Verificações	Sim	Não	Observações
1.1. Possui uma Política Anticorrupção?			
1.2. Possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção?			
1.3. Possui Código de Conduta?			
1.4. Possui Canal de Denúncias Interno?			
1.5. Realiza formação e/ou ações de consciencialização para a prevenção e combate à corrupção?			
1.6. Existiram situações ou incidentes de corrupção ou de infrações conexas?			

Data.....

Assinatura(s).....

⁵ A corrupção representa sérias preocupações sociais, morais, económicas e políticas, compromete a boa governação, entrava o desenvolvimento e distorce a concorrência. Assim, independentemente das respostas às perguntas queremos reforçar a importância de uma estratégia, cultura e práticas anticorrupção e de conduta ética.